

SUMÁRIO

ATUALIZAÇÃO DO CDC E SUPERENDIVIDAMENTO

A sociedade fraterna e a nova Lei do Superendividamento (Lei Claudia Lima Marques): breves comentários e interpontos entre a sociedade fraterna e o resgate do superendividado

The fraternal society and the new law of over-indebtedness (Claudia Lima Marques Law): brief comments and interpoints between the fraternal society and the rescue of the over-indebted

LUCIANA SABBATINE NEVES, ALEXANDRE DIMITRI MOREIRA DE MEDEIROS e
MÁRIO LUIZ RAMIDOFF..... 17

Superendividamento dos brasileiros na pandemia da Covid-19 sob a ótica da Análise Econômica do Direito: grave fenômeno tratado pela Lei Federal 14.181/2021 e as consequências positivas para o mercado e os consumidores

Over-indebtedness of Brazilian citizens during the Covid-19 pandemic based on the perspective of the Economic Analysis of Law: a severe phenomenon dealt with by Federal Law 14,181/2021 and that will have positive impact on both the market and consumers

JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA..... 37

O salário mínimo como critério para assegurar o mínimo existencial no tratamento do consumidor superendividado

The minimum wage as a criterion to ensure the existential minimum in the treatment of over-indebted consumers

ANTÔNIO CARLOS EFING e NÚBIA DAISY FONESI PINTO 71

Superendividamento do consumidor e o dever das empresas

Consumer over-indebtedness and companies duty

MARCO ANTONIO KARAM 87

A evolução social e cultural do superendividamento feminino

The social and cultural evolution of female over-indebtedness

MÔNICA DI STASI..... 103

DESAFIOS DE EFETIVIDADE DO DIREITO DO CONSUMIDOR E PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS CONSUMIDORES

Effectiveness of consumer law

Efetividade do direito do consumidor

PETER ROTT 123

Mercosur resolutions on consumer protection and their internalization in Argentine Law

As resoluções do Mercosul em matéria de proteção do consumidor e sua internalização segundo o Direito Argentino

VANINA A. RÍOS..... 147

A mediação *on-line* dos litígios transnacionais do comércio eletrônico na União Europeia

Online mediation of cross-border e-commerce disputes in the European Union

ANABELA SUSANA DE SOUSA GONÇALVES 163

RESPONSABILIDADE CIVIL, TABACO E VULNERABILIDADE

A aplicação do regime do defeito do serviço à responsabilidade civil das clínicas e hospitais: desmistificando a controvérsia

Applying liability for defective services regime to hospitals and healthcare clinics: shedding light on the controversy

DANIEL AMARAL CARNAÚBA e GUILHERME HENRIQUE LIMA REINIG 181

Estados Unidos da América vs. Philip Morris e outros: reflexos na proteção consumerista

United States v. Philip Morris Usa Inc., et al.: reflexes on consumer protection

LUÍS RENATO VEDOVATO e MARIA CAROLINA GERVÁSIO ANGELINI DE MARTINI..... 203

QUALIDADE, SUSTENTABILIDADE E CONSUMO

A responsabilidade civil do fornecedor frente à obsolescência programada dos produtos: uma forma de inibição do consumismo e de proteção ambiental

La responsabilidad civil del proveedor frente a la obsolescencia programada de los productos: una forma de inhibición del consumismo y de la protección ambiental

DENISE SCHMITT SIQUEIRA GARCIA..... 229

O monitoramento médico como espécie de responsabilidade do fornecedor por risco de dano futuro à saúde do consumidor: o caso do produto tóxico amianto

Medical monitoring as a kind of product liability for the risk of future damage to the consumer's health: the case of the toxic asbestos product

ANA PAULA ATZ e JULIANO PUCHALSKI TEIXEIRA 249

CONSUMO DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS

Da televisão ao YouTube e da regulação ao limbo. Aspectos jurídicos de uma estratégia publicitária direcionada ao público infantil no YouTube – o unboxing

From television to YouTube and regulation to limbo. Legal aspects of an advertising strategy to the children's public on YouTube – the unboxing

LAURA DE ANDRADE RIBEIRO MARTINE e MARIANA RIBEIRO SANTIAGO..... 289

Desafios à tutela do consumidor: a responsabilidade objetiva e solidária dos influenciadores digitais diante da inobservância do dever jurídico de informação

Challenges to consumer protection: the objective and joint liability of digital influencers due to the disrespect of information legal duty

TATIANA CARDOSO SQUEFF, CÍNTIA BURILLE e ANA JÚLIA DE CAMPOS VELHO RESCHKE..... 313

Direito Penal e proteção de dados pessoais: uma leitura dialógica a partir da Lei 13.709/18 e do Direito do Consumidor

Criminal law and personal data protection: a dialogue reading from Law 13,709/18 and consumer law

MARIANA BATTOCHIO STUART e VICTOR AUGUSTO ESTEVAM VALENTE..... 333

Proteção de dados pessoais e as decisões automatizadas nas relações de consumo: os direitos à explicação e revisão

Personal data protection and automated decisions in consumer relations: the rights to explanation and review

LAÍS BERGSTEIN, FLÁVIA GAMA DE CARVALHO ARAGÃO e MARIA AMÁLIA CÂMARA.... 359

NOTAS LEGISLATIVAS E PARECERES

Nota sobre o direito do consumidor e mecanismos judiciais da sua proteção nos países africanos (PALOP)

Note on consumer law and judicial mechanisms for its protection in African countries (PALOP)

ÂNGELO ANTÔNIO FERREIRA 389

Law 14,181, of July 1, 2021 – Amends Law no. 8,078 of September 11, 1990 (Consumer Protection Code) and Law no. 10,741 of October 1, 2003 (statute of the elderly) to improve the discipline of consumer credit and provide for the prevention and treatment of over-indebtedness – Translation offered by the IACL – International Association of Consumer Law

Lei 14.181 de 1º de julho de 2021 – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento – Tradução apresentada pela IACL – International Association of Consumer Law

LORENZO NICOLETTI e CLAUDIA LIMA MARQUES 409

Manifestação do Brasilcon no Tema 1085, Recursos Especiais nº 1.863.973/SP, nº 1.877.113/SP e nº 1.872.441/SP

Legal opinion by Brasilcon to Theme 1085, Special Resources no. 1,863.973/SP, no. 1,877.113/SP and no. 1,872.441/SP

FERNANDO MARTINS, SIMONE MAGALHÃES e CLAUDIA LIMA MARQUES..... 417

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

É constitucional lei estadual que proíbe propaganda de alimentos em escolas públicas e privadas de educação básica

LÚCIA SOUZA D'AQUINO e FERNANDO COSTA DE AZEVEDO 449

É constitucional lei estadual que obriga empresas prestadoras de serviços de internet móvel pós-paga a apresentar gráficos de velocidade de internet na fatura mensal

MARCELO SCHENK DUQUE 457

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vício oculto de produto deve ser reparado até o fim de sua vida útil, ainda que expirado o prazo de garantia contratual

LEONARDO ROSCOE BESSA 475

Corpo estranho dentro da embalagem de alimento industrializado gera dano moral, ainda que não ingerido

MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO 497

Atraso na baixa de restrição, após a quitação do financiamento, quando não comprovado o dano real à pessoa, não caracteriza dano moral, sendo um mero dissabor

MARCELO TAPAI 506

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

É cabível indenização por danos morais em favor de aposentada que contratou empréstimo pessoal e teve o valor das parcelas descontadas de conta bancária que recebe benefício previdenciário

CRISTIANO SCHMITT e CAMILA POSSAN 517

RESENHAS

Comentários à Lei 14.181/2021: a atualização do CDC em matéria de superendividamento, de Antonio Herman Benjamin, Claudia Lima Marques, Clarissa Costa de Lima e Sophia Martini Vial

LAÍS BERGSTEIN 533